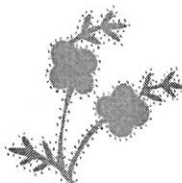


PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PARA A CESSÃO DA
EXPLORAÇÃO DO TERMINAL
RODOVIÁRIO

2017/03/09



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

[Handwritten signature]



MUNICIPIO DE NISA

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

“CONCURSO CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO
TERMINAL RODOVIÁRIO”



MUNICIPIO DE NISA

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

1. DESIGNAÇÃO DA CONCESSÃO E CONSULTA DO PROCESSO

1.1.O Processo do Concurso para a **"CESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO"** pode ser consultado durante o horário de funcionamento, (dias úteis das 9H00/17H30) na Câmara Municipal de Nisa, desde o dia da publicação do Anúncio até ao dia e hora do ato público do concurso, bem como em <http://cm-nisa.pt>, página da internet da entidade adjudicante.

1.2.As peças que instruem o concurso são o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos;

1.3.Os interessados poderão solicitar cópias do processo nos termos junto do serviço da Câmara Municipal- Secção de Aquisições e Património ou por via internet através do site www.cm-nisa.pt.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR

2.1.A entidade adjudicante é o Município de Nisa, com instalações na Praça do Município em Nisa, com os números de telefone e fax, respetivamente 245410000 e 245412799, endereço eletrónico é geral@cm-nisa.pt.

3. Órgão que tomou a decisão de contratar: Por deliberação da Câmara de acordo com a alínea ee) do nº 1 do art.º 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

4. RECLAMAÇÕES OU DÚVIDAS SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS NO CONCURSO

4.1.Quaisquer dúvidas, pedidos de esclarecimentos e reclamações deverão ser apresentadas, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

4.2.Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito pela entidade adjudicante, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

4.3.A entidade adjudicante pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e nos prazos previstos no número anterior.

4.4.A falta de resposta até à data mencionada no ponto 3.2 ou as retificações efetuadas para além deste prazo obrigam a prorrogar o prazo de entrega das propostas, nos termos do disposto no artigo 64º nº 1 e 2 do Código dos Contratos Públicos.

4.5.Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na página da Internet da Entidade Adjudicante e juntos às peças do concurso que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham solicitado notificados dessa junção.

5. OBJECTO, VALOR BASE MÍNIMO E PRAZO DA CONCESSÃO

5.1.O presente concurso tem por objeto a concessão da exploração do terminal rodoviário, devidamente identificados nas plantas que constituem o Anexo I.

5.2.Os espaços, objeto do presente concurso, localizados na Rua Sidónio Pais em Nisa poderão ser visitados pelos interessados que o requeiram até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.3.O valor mensal mínimo da contrapartida financeira da concessão de todos os espaços referidos no ponto 4.1 é de 70,00€, acrescido de IVA a taxa legal em vigor.

5.4.Os candidatos devem comprovar que são agentes da(s) operadora(s) que efetue/m o transporte rodoviário em Nisa;

5.5.Os candidatos ficam constituídos na obrigação de se inteirarem de todos os elementos que identificam o objeto da presente concessão, tornando-se responsáveis pela sua omissão.

5.6.Os espaços que constituem o objeto do presente concurso serão entregues em perfeito e adequado estado de conservação, com materiais e equipamentos destinados ao fim a que se destinam, conforme o descrito no Anexo II.

5.7.A concessão da exploração é efetuada para o período inicial de 2 anos, contados a partir da data da celebração do contrato, renovável anualmente, até ao limite máximo previsto para esta concessão que é de 10 anos.

6. MODO, PRAZO DE ENTREGA E VALIDADE DAS PROPOSTAS

6.1.As propostas deverão ser apresentadas em suporte papel, ao abrigo e nos termos do disposto no art. 9º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e entregues até às **17h00 do 10º dia seguido a contar do dia seguinte ao edital**, nas instalações da Câmara Municipal de Nisa



MUNICIPIO DE NISA

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de receção, por forma a serem efetivamente rececionadas dentro do prazo fixado.

- 6.2. A receção dos invólucros é registada, anotando-se a data e a hora em que os mesmos são recebidos e, no caso de entrega direta, a identidade das pessoas que a efetuaram, sendo entregue a estas um recibo comprovativo da entrega.
- 6.3. Se as propostas forem remetidas pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação caso a sua receção ocorra já depois de esgotado o prazo de entrega referido no número 5.1.
- 6.4. O prazo de apresentação das propostas pode ser objeto de prorrogação, nos termos e nas condições previstas no art. 64º do Código dos Contratos Públicos.
- 6.5. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante o prazo de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

7. PROPOSTAS COM VARIANTES OU CONDICIONADAS

Não são admitidas propostas com variantes ou que envolvam alterações das cláusulas constantes do Caderno de Encargos.

8. ATO PÚBLICO DO CONCURSO

- 8.1. Tendo em conta que as propostas devem ser apresentadas em suporte de papel, haverá lugar a um ato público de abertura das propostas, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 11º e 12º do Código dos Contratos Públicos, o qual terá lugar no primeiro dia útil seguinte ao dia limite da entrega das propostas, pelas 11H00M, e decorrerá nas instalações da Câmara Municipal de Nisa.
- 8.2. No ato podem estar presentes os concorrentes interessados ou seus representantes, e intervir apenas aqueles que, para o efeito, estiverem devidamente credenciados pelos concorrentes.

9. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA (Obrigatórios)

- 9.1. Os concorrentes deverão instruir a sua proposta com os seguintes documentos:
 - a) Declaração que comprove como é agente da(s) operadora(s) que efectue/m o transporte rodoviário em Nisa;
 - b) Declaração elaborada em conformidade com o Anexo I ao CCP;
 - c) Proposta da contrapartida financeira da concessão com indicação da taxa de IVA a aplicar se for o caso;
- 9.2. Para além dos documentos supra mencionados os concorrentes poderão também apresentar quaisquer outros que considerem indispensáveis para efeitos da análise dos atributos da sua proposta.
- 9.3. Os documentos referidos nas diversas alíneas do número 9.1. devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita a palavra "Proposta", indicando-se o nome ou a denominação social do concorrente ou, se for o caso, dos membros do agrupamento concorrente, e a designação do contrato a celebrar.
- 9.4. A declaração referida na alínea a) do número 9.1. deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, e em caso de agrupamentos pelo representante comum dos membros que o integram, juntando-se, para o efeito, os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 9.5. Sem prejuízo da possibilidade de recurso a palavras e/ou expressões em língua estrangeira de utilização comum ou generalizada, todos os documentos que constituem a proposta, incluindo os referidos no ponto 9.2, supra, são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 9.6. Os concorrentes podem requerer a classificação de documentos da proposta, nos termos e com os efeitos previstos no artº 66º do Código dos Contratos Públicos.

10. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- 10.1. As propostas são analisadas em todos os aspetos, termos ou condições e atributos que interferem com a aplicação dos critérios de adjudicação.
- 10.2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não se encontram constituídas por todos os documentos exigidos no número 9.1 do presente Programa de Concurso e violem demais alíneas do número 2 do artigo 146º do Código dos Contratos Públicos;





MUNICIPIO DE NISA

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

- b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou disposições e condições imperativas do mesmo;
- c) A Impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- e) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

11. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO E MODELO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

11.1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes fatores e subfatores e respetivas ponderações:

- a) Experiência profissional – 60%
- b) Renda mensal proposta (40%);

11.2. O critério referido na alínea a) avaliar-se-á os anos de experiência na atividade comprovada;

11.3. A classificação final (CF) para efeitos de adjudicação das propostas, arredondada até às centésimas é obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 0,60 * EP + 0,40 * RM$$

Em que:

EP – Pontuação da Experiência Profissional;

RM – Pontuação da Renda Mensal Proposta;

As propostas serão ordenadas por ordem decrescente sendo que:

- a) **EP** – Experiência profissional
 - > 5 anos – 10 pontos
 - = 3 anos < 5 anos – 6 pontos
 - = 1 anos < 3 anos – 3 pontos
 - < 1 ano – 1 ponto
- b) **RM** – Valor da Renda Mensal (RM)
 - >201,00€ - 10 pontos
 - =101,00€ [RM < 200,00€ 6 pontos
 - =70,00€ [RM < 100,00€ 2 pontos

11.4. A adjudicação da concessão será feita mediante a atribuição preferencial concedida aos concorrentes de acordo com a sua posição na lista ordenada de classificação das propostas apresentadas e conforme a análise efetuada nos termos previstos nos números antecedentes.

12. DIREITO DE NÃO ADJUDICAÇÃO

Não há lugar a adjudicação nas circunstâncias previstas no artigo 79º da Lei 18/2008, de 29 de Janeiro.

13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS CONCORRENTES

13.1. Os concorrentes devem apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos.
- b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art. 55º do Código dos Contratos Públicos.
- c) Cópia do pacto social, de cujo objeto deve constar o exercício de atividade e documentos comprovativos da integral realização do capital social, no caso de se tratar de sociedade comercial.
- d) Declaração de rendimentos referente ao último exercício.
- e) Contrato do consórcio externo, no caso de associação de empresas.

13.2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, exceto quando, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

13.3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos no nº 12.1 devem ser apresentados por todos os seus membros.



MUNICIPIO DE NISA

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

14. AUDIÊNCIA PRÉVIA.

O relatório preliminar de apreciação das propostas será enviado a todos os concorrentes para efeitos de audiência prévia.

15. ADJUDICAÇÃO E CAUÇÃO

15.1. Sem prejuízo do disposto no número 11, a decisão de adjudicação deve ser tomada e notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

15.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a qual vai acompanhada do relatório final de análise das propostas e da minuta do contrato a celebrar, o adjudicatário é notificado para, no prazo máximo de 10 dias:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos e a que se referem o ponto 13;
- b) Prestar a caução;
- c) Confirmar, se tal lhe for expressamente solicitado, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada

15.3. A caução a que se refere a alínea b) do número anterior destinar-se-á a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com essa celebração e deverá ser no valor de uma renda mensal da concessão.

15.4. A caução é prestada na Tesouraria da Câmara Municipal de Nisa.

15.5. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, no prazo fixado no nº 15.2 e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução exigida, sendo o contrato adjudicado à proposta ordenada em lugar subsequente.

16. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

16.1. O contrato será reduzido a escrito, sendo-lhes aplicáveis as normas dos artºs 94º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

16.2. A entidade adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, nos termos e nas condições previstas no artº 99º do Código dos Contratos Públicos.

17. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Nisa, 09 de março de 2017
A Presidente da Câmara Municipal


Maria Idalina Alves Trindade